



Departamento Nacional de Produção Mineral



OFÍCIO Nº 028 / 2008- 25° DS

Maceió, 15 de fevereiro de 2008.

Assunto: Comunicação (faz)

Ref. DNPM: G.648/1965

Prezado(s) Senhor(es),

Tendo em vista a concessão de lavra / registro de licença de que essa empresa é detentora, e considerando o que preceitua o inciso IX do art. 3º da Lei nº 8.876/94, combinado com o disposto no art. 88 do Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/67) e no art. 115 do Regulamento do Código de Mineração (Decreto nº 62.934/68), comunicamos a V.Sª que fiscais do DNPM, à partir da segunda quinzena de março/2008, realizarão junto à essa concessionária a fiscalização da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM, relativa ao período de 1991 a 2007 (ou do início da operação dessa empresa, se posterior a 1991, até 2007), para o que solicitamos os bons préstimos dessa empresa no sentido de:

- Disponibilizar uma sala para acomodação de até três Fiscais.
- Disponibilizar um computador com impressora.
- Colocar à disposição dos Fiscais do DNPM, a partir da data de início da fiscalização, a seguinte documentação:
 1. Notas Fiscais de Saída dos Estabelecimentos da Empresa (CNPJ) e relação antiga e nova dos respectivos C.F.O.P.(s).
 2. Relatórios Anuais de Lavras, da Empresa, relativos aos exercícios, objeto da fiscalização.
 3. Plano de Aproveitamento Econômico.
 4. Livros de Registro de Saídas, relativos aos estabelecimentos e período em fiscalização.
 5. Livros de registro de Apuração do ICMS, relativos aos estabelecimentos e período em fiscalização.
 6. Planilhas de Custos Operacionais Diretos e Indiretos (Fixo e Variáveis), relativo aos estabelecimentos e período em fiscalização.
 7. Fichas de Controle de Estoques, relativos aos estabelecimentos e período em fiscalização.

BRASKEM S.A.
Av. Assis Chateaubriand, 5260 – Pontal da Barra
57.010 – 900 – Maceió-AL.

Rua do Comércio, 25 – 5º Andar – Edif. Palmares - Centro
Maceió-AL - CEP: 57.020-904
Tel.: (82) 326.6180 - Fax: (82) 336.1566
E-mail: dnpml@ig.com.br



8. DARFs do PIS e CONFIS, relativo aos estabelecimentos e período em fiscalização.
9. Guias e Boletos/CFEM.

Outrossim, informamos a V.Sª que no decorrer da fiscalização, sempre que houver necessidade, a Coordenação da Equipe de Fiscalização/CFEM solicitará dessa empresa, formalmente, as documentações necessárias ao trabalho da fiscalização e, quaisquer dúvidas à respeito do assunto, poderão ser dirimidas na sede deste Distrito, sito à Rua do Comércio, nº 25, Edf. Palmares/MS, 5º Andar, Centro, Maceió/AL. (Fone: 3326 6180).

Atenciosamente,


JOSE ANTONIO ALVES DOS SANTOS
Chefe do 25º Distrito do DNPM



Departamento Nacional de Produção Mineral

OFÍCIO Nº 046 /2008- 25º DS

Maceió, 06 de março de 2008.

Assunto: Comunicação (faz)

Ref. DNPM: 6.648/1965

Prezado(s) Senhor(es),

Reportando-me ao Ofício nº 028 /2008-25º DS, de 15/02/2008, venho por meio do presente retificar a data da ação fiscalizatória da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM que se realizará junto à essa concessionária, a qual terá início a partir **de 05 de maio de 2008** e não mais a partir da segunda quinzena do mês em curso.

Outrossim, quaisquer dúvidas à respeito do assunto, poderão ser dirimidas na sede deste Distrito, sito à Rua do Comércio, nº 25, Edf. Palmares/MS, 5º Andar, Centro , Maceió/AL. (Fone: 3326 6180).

Atenciosamente,


JOSE ANTONIO ALVES DOS SANTOS
Chefe do 25º Distrito do DNPM

Postado em 07/03/08

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DNPM



RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

Compensação Financeira pela Exploração de Recursos
Minerais

- CFEM -

BRASKEM S.A.
SAL-GEMA

Período Fiscalizado: Janeiro/04 a dezembro/04

CAPÍTULO I - APRESENTAÇÃO



PROCESSO DNPM N°. 006.648/1965

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei nº 7.990, de 28/12/89 e alterações posteriores;
Lei nº 8.001, de 13/03/1990 e alterações posteriores;
Lei nº 10.195/2001 de 14.02.2001;
Decreto nº 01, de 11/01/91;
Instrução Normativa do Diretor-Geral do DNPM nº 06, de 09/06/00;
Portaria do Diretor-Geral do DNPM nº 458, de 27/11/07.

EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO

Auditor Alexandre Ferreira da Silva (coordenador) - SIAPE – N° 1530478
Economista Eduardo Álvaro Pinto de Freitas Neto – SIAPE – N° 1531421

CAPÍTULO II - INTRODUÇÃO

Integra o presente relatório todo o conjunto de informações obtidas junto à empresa fiscalizada, o qual foi devidamente analisado pelo DNPM, referente aos fatos geradores da CFEM ocorridos no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2007.

Os trabalhos fiscalizatórios foram executados no período de 05 a 16 de maio de 2008, nas dependências da BRASKEM S.A. sito a Avenida Assis Chateaubriand, 5260 – Portal da Barra - Maceió/AL – CEP. 57.010-900.

É importante registrar que a BRASKEM S.A. disponibilizou acesso à internet, telefonia fixa e instalações físicas adequadas ao bom desenvolvimento dos trabalhos.

CAPÍTULO III - OBJETO

Apurar os fatos geradores de CFEM ocorridos no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2007, bem como a regularidade (integralidade e tempestividade) dos recolhimentos efetuados pela mineradora.

Two handwritten signatures in blue ink. The one on the left is more stylized, and the one on the right appears to be 'Pinto'.

CAPÍTULO IV - FISCALIZAÇÃO



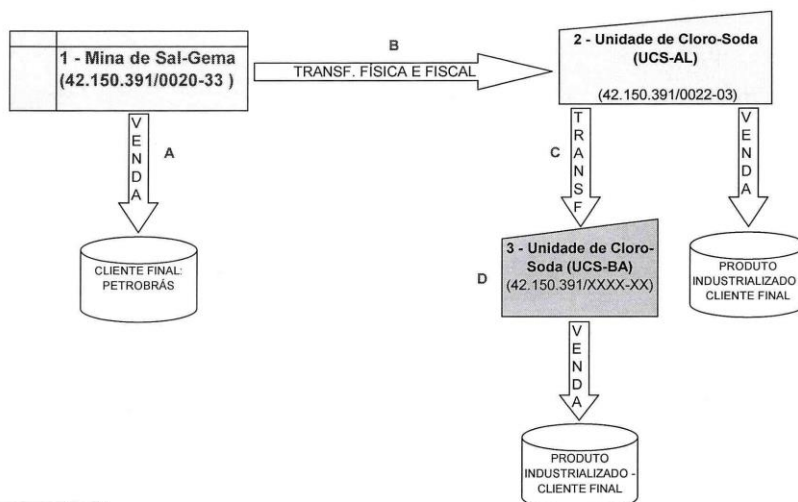
I – DOCUMENTOS:

Com base nos documentos abaixo entregues à equipe, iniciaram-se as análises:

CNPJ	DOCUMENTAÇÃO
42.150.391/0020-33	a) Livros de Saída: janeiro/04 a dezembro/07; b) Registro de Apuração de ICMS: janeiro/04 a dezembro/07; c) Guias de Recolhimento da CFEM: janeiro/04 a dezembro/07; d) Livro de Entrada: janeiro/05 a dezembro/07; e) Notas Fiscais: janeiro/04 a dezembro/07; f) Relatório anual de lavra (RAL): 2004 a 2007.

II - PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO DNPM

II.1 - FLUXO DO MINÉRIO



OBSERVAÇÕES	
A	Ocorre a venda do sal-gema para um cliente exclusivo: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS.
B	O sal-gema é transferido (Na forma de salmoura = água + sal), fiscal e fisicamente via "salmourduto", para a Unidade de Cloro-Soda (UCS-AL). Essa salmoura recebida sofre um tratamento prévio (Filtragem, purificação, aquecimento, saturação e acidificação para ajuste de PH) para posteriormente ser alocada nas células de eletrólise onde ocorre quebra das moléculas do sal-gema. Os produtos resultantes do processo de eletrólise são: Cloro, hidrogênio, hidróxido de sódio (Soda cáustica) e licor (água + sal + soda).
C	O processo de eletrólise não é 100% eficiente o que faz com que aproximadamente 15% do sal-gema inserido nesse processo não sofra alteração molecular. Com isso, parte desse "sal-gema residual" é transferido para a Unidade de Cloro-Soda (UCS-BA) na Bahia, fiscal e fisicamente via transporte rodoviário.
D	Na Unidade de Cloro-Soda (UCS-BA) o sal-gema sofre mais um tratamento antes de ser alocado nas células de eletrólise para finalmente ser 100% transformado industrialmente.



II.2 - VENDAS

Para o estabelecimento com CNPJ 42.150.391/0020-33 foram consideradas as vendas registradas no CFOP - Código Fiscal de Operações e Prestações, 5.101 (venda de produção do estabelecimento na mesma Unidade de Federação do destinatário).

II.3 - CONSUMO

Foi constatado pela equipe de fiscalização dois pontos de incidência da CFEM, em relação ao consumo da substância mineral sal-gema, durante o processo de beneficiamento:

- O primeiro foi o ponto imediatamente anterior ao processo de eletrólise, ainda na Unidade de Cloro-Soda de Maceió/AL;
- O segundo foi o ponto imediatamente anterior ao processo de eletrólise, após a transferência da substância mineral via transporte rodoviário e tratamento, na Unidade de Cloro-Soda de Camaçari/BA.

Em ambos os pontos ocorre a descaracterização mineralógica pela quebra da molécula do Sal-Gema e, segundo a tabela TIPI (Tabela do Imposto sobre Produtos Industrializados) os produtos originados desse processo (Cloro e Soda Cáustica) são tributados, sendo considerados assim um produto industrializado.

Para o levantamento do valor de consumo até os pontos anteriormente citados, a equipe de fiscalização solicitou a BRASKEM S.A., através do ofício nº. 028/2008 – 25º DS recebido em 26/02/2008 e solicitação nº. 006/2008 recebida em 13/04/2008, planilhas de custo operacionais diretos e indiretos (Fixos e Variáveis).

A BRASKEM S.A. não apresentou as planilhas de custo solicitadas. Com isso a equipe adotou o seguinte critério para o levantamento do valor de consumo:

1ª etapa: constata-se a quantidade total da substância mineral sal-gema transferida da mina para a Unidade de Cloro-Soda de Maceió/AL;

2ª etapa: constata-se o preço médio unitário mensal de venda da substância mineral;

3ª etapa: aplica-se a preço médio unitário encontrado na 2ª etapa sobre a quantidade transferida encontrada na 1ª etapa.

As fontes são os Livros de Apuração de ICMS e Notas Fiscais do estabelecimento. Legislação aplicada: Decreto nº. 01, de 11/01/1991, art. 14 e I.N. nº 06, de 09 de junho de 2000.

II.4 - ICMS

1ª etapa: constata-se a existência, ou não, de “saldo de imposto (ICMS) a recolher”, no período considerado (período fiscalizado);

2ª etapa: constata-se o total de lançamentos a débito de ICMS, no período considerado.

3ª etapa: constata-se o total de lançamento a débito de ICMS referente ao produto mineral fiscalizado, no período considerado;



4ª etapa: encontrar a proporção (divide-se o valor da 3ª etapa pelo valor da 2ª etapa);

5ª etapa: aplica-se a proporção encontrada na 4ª etapa sobre o saldo de imposto a recolher (1ª etapa). O resultado encontrado será deduzido para fins de apurar o “faturamento líquido”, base de cálculo da CFEM.

A fonte são os Livros de Apuração de ICMS do estabelecimento, conforme Art. 1º, II, da I.N. nº 06, de 09 de junho de 2000.

II.5 - PIS e COFINS

1ª etapa: constata-se se no período fiscalizado houve saldo de PIS e COFINS, efetivamente recolhido através da apresentação do respectivo DARF – Documento de Arrecadação Federal;

2ª etapa: constata-se o total do faturamento obtido no período fiscalizado, base de cálculo do PIS/COFINS;

3ª etapa: constata-se o total das receitas obtidas no período fiscalizado, referentes à venda do produto mineral fiscalizado;

4ª etapa: encontra-se a proporção (divide-se o valor da 3ª etapa pelo valor 2ª etapa);

5ª etapa: aplica-se a proporção encontrada na 4ª etapa, sobre o saldo de PIS/COFINS efetivamente recolhido (1ª etapa). O resultado encontrado será deduzido para fins de apurar o “faturamento líquido”, base de cálculo da CFEM.

Legislação aplicada: art. 1º, III, da I.N. nº 06, de 09 de junho de 2000.

II.6 - TRANSPORTE

O valor do TRANSPORTE do produto mineral será deduzido somente quando escriturado como despesa - não como custo de produção – desde que destacado (e somado) na nota fiscal de saída por venda final, segundo o disposto no art. 2º, da Lei nº 8.001/1990 c/c o art. 1º, IV, da I.N. nº 06, de 09 de junho de 2000.

Quando o frete do produto mineral for de responsabilidade do comprador (FOB), por lógico, não há despesa de transporte a ser deduzida.

II.7 - SEGUROS

A despesa com SEGURO referente ao transporte do produto mineral posto no local determinado pelo comprador, somente será deduzida quando destacada e adicionada ao valor total da nota fiscal de saída por venda final, segundo o disposto no art. 2º, da Lei nº 8.001/1990 c/c o art. 1º, IV, da I.N. nº 06, de 09 de junho de 2000.

[Handwritten signature]

Quando o frete do produto mineral for de responsabilidade do comprador (FOB), por lógico, não há despesa de seguro a ser deduzida.



III - PROCEDIMENTO DA EMPRESA FISCALIZADA:

III.1 -VENDA

A BRASKEM S.A. utiliza como base de faturamento as vendas realizadas pelo estabelecimento CNPJ 42.150.391/0020-33 e registradas no CFOP - Código Fiscal de Operações e Prestações, 5.101 (venda de produção do estabelecimento na mesma Unidade de Federação do destinatário).

III.2 -CONSUMO

A BRASKEM S.A., até maio/2007, não considerava o valor de consumo da substância mineral na base de cálculo da CFEM. A partir de junho/07 passou a utilizar o valor das notas fiscais de transferência do estabelecimento CNPJ final 0020/33 para o CNPJ final 0022/03 registradas no CFOP - Código Fiscal de Operações e Prestações, 5.151 (Transferência de produção do estabelecimento na mesma Unidade de Federação do destinatário).

III.3 - ICMS

A BRASKEM S.A. deduz o ICMS destacado na nota fiscal de saída, não o apurado e efetivamente recolhido correspondente ao mês de ocorrência do fato gerador, desconsiderando a característica não-cumulativa do ICMS e violando frontalmente o disposto no art. 1º, II, da Instrução Normativa DNPM nº. 06, de 09 de junho de 2000.

III.4 - TRANSPORTE

A BRASKEM S.A. não promoveu deduções - "boleto de recolhimento" da CFEM (GRU) - a título de transporte do produto mineral. Não existe destaque nas Notas Fiscais, quando da saída por venda do produto mineral.

III.5 - PIS e COFINS

A BRASKEM S.A. promoveu deduções - "boleto de recolhimento" da CFEM (GRU) - a título de PIS COFINS. Não apresentou qualquer DARF referente ao período fiscalizado. Desconsiderou a natureza não-cumulativa do tributo.

CAPÍTULO V - APURAÇÃO



I - BASE DE CÁLCULO

I.1 - FATURAMENTO BRUTO:

a) O total das receitas obtidas com a venda e o consumo do bem mineral no período fiscalizado foi de R\$ 75.420.290,82 (Setenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte mil, duzentos e noventa reais e oitenta e dois centavos), conforme Livro de Registro de Apuração de ICMS, notas fiscais de saída apresentadas pela BRASKEM S.A. e levantamento do valor de consumo (Planilha Valor de Consumo Acumulado);

b) O total dos "valores de operação" declarados nos boletos de recolhimento da CFEM (GRU), devidamente autenticados, referente ao período fiscalizado, foi de R\$ 3.159.628,39 (Três milhões, cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos).

I.2 - DEDUÇÕES:

a) ICMS:

O saldo de ICMS a recolher, relativo ao total de vendas do produto mineral no período fiscalizado, é de R\$ 34.383,16 (Trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e dezesseis centavos), conforme constatado no Livro de Apuração de ICMS.

O total deduzido a título de ICMS, conforme declarado nos "Boletos de Recolhimento da CFEM" (GRU), no período fiscalizado, foi de R\$ 537.013,21 (Quinhentos e trinta e sete mil treze reais e vinte e um centavos);

b) PIS:

A BRASKEM S.A. não apresentou as guias de recolhimento do PIS (DARF), portanto o valor a ser deduzido é R\$ 0,00 (zero).

O total deduzido a título do PIS, conforme declarado nos "Boletos de Recolhimento da CFEM" (GRU), no período fiscalizado, foi de R\$ 4.313,14 (Quatro mil trezentos e treze reais e catorze centavos);

c) COFINS:

A BRASKEM S.A. não apresentou as guias de recolhimento da COFINS (DARF), portanto o valor a ser deduzido é R\$ 0,00 (zero).

O total deduzido a título da COFINS, conforme declarado nos "Boletos de Recolhimento da CFEM" (GRU), no período fiscalizado, foi de R\$ 19.866,39 (Dezenove mil oitocentos e sessenta e seis reais e trinta e nove centavos);



d) TRANSPORTE:

Em análise às notas fiscais de venda do produto mineral no período fiscalizado, observou-se inexistir qualquer destaque a título de despesas de transporte (frete) do respectivo produto. Portanto, o valor a ser deduzido é R\$ 0,00 (zero).

e) SEGURO:

Em análise às notas fiscais de venda do produto mineral no período fiscalizado, observou-se inexistir qualquer destaque a título de despesas de seguro do respectivo produto. Portanto, o valor a ser deduzido é R\$ 0,00 (zero).

I.3 – FATURAMENTO LÍQUIDO:

Conforme o disposto no art. 2º, da Lei nº. 8.001, de 13 de março de 1990, faturamento líquido é o total das receitas de venda, excluídos os tributos incidentes sobre a comercialização do produto mineral, as despesas de transporte (do produto mineral para o local determinado pelo comprador) e as de seguros (do produto mineral quando transportado para o local determinado pelo comprador).

Ainda, conforme o disposto no art. 2º, da L.N. nº. 06, de 09 de junho de 2000, considera-se valor de consumo o valor total do produto mineral apurado, até a etapa de elaboração do produto final, que antecede a sua inclusão no campo de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

1. Total do valor de operação (venda + consumo):	R\$ 75.420.290,82.
2. Excluídos:	
2.1 - Tributos incidentes (venda):	
ICMS:	R\$ 34.383,16.
PIS:	R\$ 0,00.
COFINS:	R\$ 0,00.
2.2 - Transporte:	R\$ 0,00.
2.3 – Seguro:	R\$ 0,00.
3. Faturamento Líquido:	R\$75.385.907,66

Comentário: Os números aqui apresentados estão expressos em “valor histórico” (sem atualização monetária). Integra este relatório a planilha de cálculo PCFEM_B_V11, a qual demonstra de forma analítica e detalhada o montante da dívida apurada mês a mês, discriminando o principal e acessórios (juros e atualização monetária).

[Assinatura]



II – ALÍQUOTA DE INCIDÊNCIA:

Conforme dispõe o inciso II, § 1º, do art. 2º, da Lei n.º 8.001, de 13 de março de 1990, a alíquota de incidência (percentual de compensação) da CFEM em relação a substância mineral SAL-GEMA, é de 3% (três por cento).

III – CFEM RECOLHIDA NO PERÍODO FISCALIZADO:

1. CFEM: R\$ 78.210,23

Comentário: O total de CFEM recolhida acima referido corresponde à somatória dos valores dos Boletos de Recolhimento (GRU) no período fiscalizado. Integra este relatório a planilha de cálculo PCFEM_B_V11, a qual demonstra de forma analítica e detalhada o montante da dívida apurada mês a mês, discriminando o principal e acessórios (juros e atualização monetária).

CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO

A fiscalização constatou, com referência ao período fiscalizado, que houve pagamento de CFEM a menor, restando um saldo devedor consolidado de **R\$ 3.040.517,86 (Três milhões, quarenta mil, quinhentos e dezessete reais e oitenta e seis centavos)**, atualizado até abril de 2008, conforme demonstra planilha PCFEM_B_V11 (anexa), aprovada pela Portaria DNPM 458, de 27/11/2007.

É de bom alvitre esclarecer, desde já, que os índices de atualização monetária e juros utilizados no cálculo, estão expressos no § 1º, do art. 2º, do Manual de Procedimento de Cobrança da CFEM, aprovado pela Portaria DNPM 458, de 27/11/2007.

CAPÍTULO VII - RECOMENDAÇÕES

- Seja emitida **Notificação** de debito à BRASKEM S.A. conforme definido no Manual de Procedimentos para Cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais;
- Encaminhar cópias deste Relatório, juntamente com as Planilhas de Cálculo anexas, à Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas e Prefeitura Municipal de Maceió;
- Seja determinado à BRASKEM S.A. mediante ofício, com referência ao consumo do sal-gema, que recolha a CFEM com base no custo acumulado até a etapa que antecede a eletrólise, tanto da Unidade de Cloro-Soda de Maceió/AL quanto na Unidade de Cloro-Soda de Camaçari/BA, conforme dispõe o art. 14, § 1º, do Decreto nº 01/91 de 11/01/91 e art. 2º, da I.N. nº. 06, de 09 de junho de 2000.
- Seja determinado à BRASKEM S.A. mediante ofício, com referência aos tributos incidentes na comercialização do produto mineral, que deduza conforme dispõe a Instrução Normativa DNPM nº. 06, de 09 de junho de 2000.



- Seja lavrado auto de infração contra a BRASKEM S.A., conforme determina o art. 100, inciso II, do Regulamento do Código de Mineração, aprovado pelo Decreto n.º 62.934, de 2 de julho de 1968, por não haver diligenciado cumprir providências a si requisitadas pela fiscalização do DNPM, através das solicitações 001/2008, 002/2008, 003/2008, 004/2008, 006/2008 e 007/2008 recebidas entre 09/05/08 e 13/05/08. Com sua conduta a BRASKEM S.A. infringiu o disposto no art. 47, inciso XIII, do Código de Mineração.

ANEXOS:

1. Ofício 028/2008 e 046/2008 – 25º DS/AL;
2. Solicitações de informações nº 001/2008 a 007/2008;
3. Resposta a Solicitação 05/2008;
4. Guias de Recolhimento – CFEM;
5. Termo de início e encerramento da fiscalização;
6. Planilha de vendas e ICMS;
7. Planilha de Valor de Consumo Acumulado (Custo Acumulado);
8. Planilha PCFEM_B_V11.

Maceió-AL, 16 de maio de 2.008.



Alexandre Ferreira da Silva
Especialista em Recursos Minerais
Auditor
DNPM/PA – SIAPE Nº 1530478



Eduardo Alvaro P. de Freitas Neto
Especialista em Recursos Minerais
Economista
DNPM/TO - SIAPE Nº 1531421

